

MAGALI MENDES DE MENEZES  
CARLOS EDUARDO SPERB  
ALESSANDRA DE OLIVEIRA PETRY  
WAGNER MACHADO DA SILVA  
OLÍVIA DE ANDRADE SOARES  
(ORGANIZADORES)

---

**DIREITOS**

---

**HUMANOS**

---

**EM DEBATE**

---

**educação e marcadores sociais da diferença**

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2019.  
1º edição - 2019

Edição, Diagramação e Projeto Gráfico: Mauro Meirelles  
Revisão e Normatização: Mauro Meirelles e Jeferson Mello Rocha  
Transcrição dos áudios: Maria Petrucci  
Fotos: Luis Ventura, Ana Letícia Meira Schweig, Sofia Pulgatti,  
Carlos Eduardo Sperb, Paulo Josué Goulart da Silva  
Capa: Luciana Hoppe e Carlos Eduardo Sperb  
Impressão: Copiart  
Comitê de Organizadores do Evento: Magali Mendes de Menezes,  
Maria Aparecida Bergamaschi, Russel Teresinha Dutra da Rosa,  
Rosângela Rodrigues Soares, Dagmar Estermann Meyer, Fernan-  
do Seffner, Caroline Pacievitch, Karine dos Santos, Mariangela  
Bairros, Leandro Rogério Pinheiro, Rita Camisolão, Suzi Webber  
Tiragem: 300 exemplares impressos em dualtone e 700 para dis-  
tribuição on-line.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

D598      Direitos humanos em debate : educação e marcadores sociais da  
diferença / Magali Mendes de Menezes ... [et al.] (orgs.). -  
Porto Alegre: CirKula, 2019.  
440 p.: il.

ISBN: 978-85-7150-018-1

1. Direitos humanos: educação. 2. Interculturalidade. 3. Povos  
indígenas. 4. Socioeducação. 5. Arte. 6. Gênero. I. Título. II. Menezes,  
Magali Mendes de. III. Sperb, Carlos Eduardo. IV. Petry, Alessandra  
de Oliveira. V. Machado, Wagner. VI. Soares, Olívia de Andrade.

CDD 323.1

Bibliotecária responsável: Débora Jardim Jardim – CRB 10/1598

Editora CirKula  
Av. Osvaldo Aranha, 522 - Loja 1 - Bomfim  
Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190  
e-mail: editora@circula.com.br  
Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

## A EDUCAÇÃO NO BRASIL HOJE: O FUNDAMENTAL E O FUNDAMENTALISMO

Fernando Nicolazzi

A Educação é fundamental em qualquer sociedade. Creio que dificilmente alguém duvidaria dessa afirmação. Neste Brasil que segue hoje percorrendo um difícil e tortuoso caminho no primeiro quarto do século XXI, após ter frustradas várias expectativas em relação a um futuro mais igualitário e justo, tal afirmação carrega a força de um sentimento de luta constante, mas também traz consigo, pelo simples fato de precisar ser repetidamente enunciada, os traços de um perigo iminente.

Em nossa sociedade, decidimos há cerca de três décadas que a Educação deveria ser um direito social de todos, um dever do Estado e da família, com promoção e incentivo (portanto, participação) de toda a sociedade, tendo por princípio e finalidade, como assegura o texto constitucional estabelecido em 1988, "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". A Lei de Diretrizes e Bases aprovada em 1996 traz um complemento importante, quando afirma que tal desenvolvimento, tal preparo e tal qualificação são inspirados nos "princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana".

Ou seja, mais do que fundamental, a Educação é o fundamento mesmo de nossa existência social. É ela que estrutura a vivência cidadã, define os contornos da formação humana, o exercício amplo dos direitos civis, sociais e políticos, além de criar as condições adequadas para a realização das imprescindíveis atividades laborais. Se toda democracia pressupõe que aqueles e aquelas que dela participam assumam certas responsabilidades, é apenas uma Educação Democrática, amparada em ideais de liberdade e solidariedade, que garante que esse pressuposto possa ser realizado de forma plena. Sem ela, portanto, dificilmente poderíamos definir nosso conjunto como sociedade; quando muito, seríamos apenas um amontoado de gente lidando cada qual com seus

próprios caprichos e vontades (o que muitos insistem em definir como “mérito”), contra as intempéries do mundo.

A vida em nossa sociedade demanda a experiência social da Educação. A constatação desse fato banal não implica, por sua vez, que deva existir apenas um único e hegemônico modelo educacional, encerrado dentro de diretrizes fechadas e excludentes. Educar não é uma prática infantil de encaixe, em que uma pequena peça pré-moldada deve necessariamente ter o formato igual ao da abertura do cubo para poder passar e ser incluída dentro dele, havendo apenas uma entrada possível para cada peça. Pelo contrário, falar de Educação é antes falar sobre a definição de condições de possibilidade para a vida social, da criação de possíveis para a sociedade. No fundo, educar é possibilitar que algo seja criado (um futuro, uma ideia de cidadania, um ambiente de trabalho etc.), ou seja, não forçar o encaixe do que já existe anteriormente. Trata-se, portanto, de uma experiência de criação que deve ser socialmente compartilhada, onde não há peças com formatos preestabelecidos, tampouco existe um cubo com aberturas limitadas e rígidas.

Toda ideia, prática ou proposta de Educação que desconsidere essa dimensão criativa não pode ser considerada fundamental, pois acaba por se tornar fundamentalista. Converte-se no gesto mecânico de simplesmente “transmitir conteúdos”, como temos lido e ouvido incessantemente de adeptos do método de Educação por encaixe (sobretudo aqueles ligados à ideologia *Escola sem Partido*), considerando alunos e alunas como peças já moldadas, e a escola, seus professores e funcionários, como aberturas de um cubo maior que seria a sociedade como um todo. Aquelas peças não encaixadas nas limitadas e limitantes aberturas simplesmente ficariam de fora. Ou, no gesto mais violento que temos assistido recorrentemente em muitas escolas públicas e privadas, caso a abertura não tenha o formato espe-



rado para que a peça pré-moldada passe sem resistência, muda-se à força o seu desenho. E assim, o cubo acaba por se tornar a imagem metonímica de cada uma das peças encaixadas em seu interior, a simples reprodução de algo que lhe é anterior.

A última década viu crescer de forma vertiginosa no Brasil esse modelo fundamentalista de Educação, que em um curtíssimo espaço de tempo passou de uma iniciativa privada, encabeçada por pessoas de indubitável natureza autoritária e de restritos conhecimentos a respeito do processo educacional e de sua respectiva legislação, a uma política de Estado eleita em condições bastante discutíveis nas recentes eleições gerais ocorridas em outubro de 2018. A base ideológica desse modelo ampara-se fortemente em pelo menos três traços estruturantes de nossa sociedade: o familismo como ordenamento social; o moralismo cristão como regramento das condutas; e, por fim, as profundas e históricas desigualdades econômicas.

Se, por um lado, o modelo patriarcal da família cristã, seja ele de matriz católica ou neopentecostal, organiza os elementos ideais que devem ser projetados sobre os costumes da sociedade, confundindo as dimensões do espaço público com as da esfera privada, por outro, o neoliberalismo galopante intensifica o caráter desigual do acesso a oportunidades e serviços básicos voltados para a população, entre eles a Educação, estabelecendo um recorte muito evidente entre inclusão e exclusão social. O caráter fundamentalista desta base ideológica reside justamente no fato de ela se converter em uma espécie de lei da natureza que, ao mesmo tempo que interdita outras formas de existência não moldadas pela moral religiosa familiar, impõe o princípio da austeridade excludente como única alternativa econômica viável para as sociedades contemporâneas. A notória expressão “conservador nos costumes e liberal na economia” é a expressão cínica dessa não tão nova ortodoxia política.



A eleição do clã Bolsonaro para ocupar a presidência a partir de 2019 consolida um processo, iniciado alguns anos antes, que muitos estudiosos vêm chamando de “fim da República Nova”, ou seja, o término do breve período democrático iniciado na segunda metade da década de 1980 com o fim de nossa última ditadura. É ainda muito difícil e talvez imprudente arriscar um palpite para definir os contornos políticos desse outro momento histórico em que estamos vivendo. O fato é que, se for tecnicamente imprescindível denominá-lo como “democrático”, os contornos dessa democracia precisam ser muito bem definidos e, sobretudo, há que se estabelecer uma distinção marcante entre o que era a democracia até hoje e o que ela se tornará daqui para frente, caso continue existindo.

De qualquer forma, a atual gestão do Poder Executivo Federal tem dado mostras bastante preocupantes sobre qual será o futuro da Educação nessa Nova Democracia... Ou na falta dela. A escolha do atual ministro para a pasta da Educação é um indício disso. Fã confesso de Olavo de Carvalho, *youtuber* radicado nos Estados Unidos e que tem servido como ideólogo principal do governo no campo dos costumes, Ricardo Vélez Rodríguez em não poucas oportunidades manifestou o que pensa sobre o tema que lhe compete. Segundo afirmou em entrevista, foi instituído no cargo não em função de um programa ou um projeto para a Educação (de resto, até hoje inexistente nesta gestão), mas para “enfrentar o problema do marxismo no MEC”, o que é, bem o sabemos, um eufemismo para dizer que se pretende “despetizar” o País.

Segundo Rodríguez, o petismo contaminou seu atual Ministério desde os anos de 1990, contexto em que, não obstante, o Partido dos Trabalhadores era a principal oposição ao governo. O descompromisso com a cronologia e com os fatos também tem se transformado em um desrespeito à própria legislação vigente. Prova disso é a Carta Oficial enviada no final de fevereiro deste ano pelo MEC e assinada pelo próprio ministro, na qual solicita que as escolas incentivem seus estudantes a bradarem as palavras de ordem da campanha de Jair Bolsonaro à Presidência, pedindo, inclusive, que crianças sejam filmadas e os vídeos enviados ao Ministério. Como já virou rotina nessa gestão, Rodríguez voltou atrás após ser questionado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Mas é flagrante nele a ausência de conhecimento legal e prático a respeito daquilo que é incumbência de um Ministro da

Educação. Em meio a tudo isso, por conta de atraso na assinatura de contratos, várias escolas do País iniciaram o ano letivo sem o material didático que deveria ter sido enviado pelo Ministério.

Assim, se por um lado a única proposta para a Educação no Brasil até o momento é a de se realizar uma “faxina ideológica” no Ministério da Educação, por outro parece estar em curso um processo intenso de ideologização sustentado por aquele fundamentalismo anteriormente mencionado. E um dos caminhos escolhidos pelo governo para dar conta desse duplo movimento é desviar os propósitos, tratando a Educação como um caso de polícia, e, na ausência de um projeto educacional para o País, lançar mão de um expediente de forte apelo midiático: a anunciada operação “Lava-Jato da Educação”.

Em postagem de rede social no início de março deste ano, o Presidente da República estranhamente sugeriu que o (discutível) baixo rendimento dos estudantes brasileiros no (também discutível) Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), promovido a cada três anos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), era devido ao acréscimo de investimentos na Educação. Sem desenvolver a lógica (ou falta de lógica) que reside por trás desse falacioso argumento, Bolsonaro complementou dizendo que “há algo de muito errado acontecendo: as prioridades a serem ensinadas e os recursos aplicados”. Em função disso, um esforço envolvendo Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Advocacia e Controladoria Geral da União dará início à referida operação.

Note-se que há uma justaposição feita entre duas dimensões que, embora dialoguem entre si, não são de modo algum equivalentes ou passíveis de serem justapostas: de um lado, aquilo que é o conteúdo propriamente dito do processo educacional (as “prioridades a serem ensinadas”), de outro, a dimensão técnico-burocrática do seu



financiamento (“os recursos aplicados”). Ao estabelecer essa relação entre uma coisa e outra, colocando ambas sob a mira de uma investigação policial, o Presidente dá sinais do que se avizinha em termos de futuro para a Educação: um processo de expurgo e censura travestido de “faxina ideológica”. Tanto os profissionais da Educação quanto o processo educacional propriamente dito são colocados como alvo desse ataque, que prevê ao mesmo tempo o assédio a professores e professoras e a redução dos investimentos.

Percebemos, então, um violento, mesmo que ainda bastante desorganizado, processo de dismantelamento da Educação naquilo que ela tem de fundamental, ou seja, “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, realizados segundo “princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. Em seu lugar, uma Educação fundamentalista emerge como horizonte próximo, no qual o desenvolvimento humano para a vivência cidadã cede lugar à simples formação de recursos humanos para o mercado de trabalho, recursos estes formatados segundo os preceitos moralizantes do familismo cristão.



As nítidas limitações técnicas e o parco conhecimento prático sobre assuntos educacionais manifestados pela atual gestão da Educação no Brasil, além do obscurantismo ideológico que alimenta a visão de mundo do Ministro, não parecem permitir a ele nada mais do que brincar com um cubo de encaixe, fazendo o que fazem as crianças quando não conseguem encaixar as peças em seu interior: atiram-nas para longe. Resta saber qual será a capacidade e os meios disponíveis para se organizar uma reação a essa situação que tende a se tornar insustentável em curtíssimo prazo. Certamente existem muitos caminhos para isso, mas também é certo que todos eles atravessam esse espaço em que, distante do fundamentalismo, a Educação seja de fato fundamental.

